

Coluna do Castello

ECONOMIA-BRASIL

Moratória de verão

AS propostas que germinam dentro do PMDB e que apontam na direção de uma moratória, já, ou da suspensão temporária do pagamento dos juros da dívida externa, podem render dividendos pós-eleitorais ao partido e até servir para deslocar o debate nacional centrado, por enquanto, no último pacote econômico do ministro Dilson Funaro — mas pouca ou nenhuma influência exercerão sobre a conduta do presidente José Sarney.

No clima de certa tensão dissimulada perceptível em estratégicos gabinetes do Palácio do Planalto, descarta-se a moratória, rejeita-se a suspensão do pagamento dos juros da dívida enquanto durar uma auditoria sobre sua natureza, e adota-se, com pragmatismo, a tese de que não resta outra saída sensata para o país fora da negociação paciente e determinada com os credores.

Moratória unilateral não é uma escolha que se faça. É um caminho que se segue por absoluta e irremovível imposição das circunstâncias. Se o presidente José Sarney a encarasse como uma opção entre tantas para resolver o aperto da situação econômica e financeira do país, já teria perdido a melhor ocasião para adotá-la. O momento se deu ali por volta de março ou abril passados.

O governo, então, estava politicamente forte e as reservas cambiais somavam mais de 10 bilhões de dólares. Agora, não. O governo, por ter perdido com o pacote parte de sua credibilidade, tornou-se impopular, e as reservas bateram no seu nível mais baixo desde o início da administração de Sarney. Nessas condições, a colisão, de frente, com os credores poderia devolver ao governo a popularidade perdida mas jogaria o país no caos.

O espírito do general Galtieri anima certas pessoas localizadas não apenas nas fileiras e entre as lideranças mais responsáveis do PMDB, mas também nas proximidades do messiânico ministro da Fazenda. O espetáculo da Praça dos 3 Poderes, ocupada por uma multidão a ovacionar um presidente que ousou cortar os laços do país com o exterior, acaricia corações latino-americanos que pulsam no Congresso e na Esplanada dos Ministérios.

Em política, como observou com sabedoria o ex-ministro britânico Harold Wilson, uma semana é um longo período — quanto mais um mês ou dois. As consequências de um gesto afirmativo e solitário da parte do Brasil não demorariam tanto tempo para se oferecer. A atual crise de abastecimento se agravaria, o racionamento de combustíveis seria implantado e a balança comercial se desequilibraria de vez.

Governo algum resistiria ao impacto de uma pancada desse tipo — menos ainda um governo, como o de Sarney, que não tem a legitimidade adquirida através do voto direto e que usufrui de uma rala e eventual solidariedade partidária. O PMDB, que teria empurrado o presidente para o gesto fatal, seria o primeiro a abandoná-lo na hora de uma possível queda. O partido não confia inteiramente no presidente que, por sua vez, não confia nele.

O deputado Ulysses Guimarães avalizou um pacote que não entendeu direito e que não foi o mesmo que se apresentou, originalmente, para seu exame. O aval não impediu que a rejeição popular ao pacote provocasse, dentro do PMDB, uma reação de igual ou de maior intensidade. Governadores e futuros governadores se empenham nos bastidores em alterar ou amenizar a dureza de algumas medidas anunciadas.

A reflexão em torno da questão externa é uma manobra de áreas do partido para unificar suas diversas tendências. Imagina-se que a moratória, já, ou algo parecido poderia operar a mágica de calar vozes do PMDB que insistem em alvejar o pacote e afiná-las em uma única ladainha sobre a posição brasileira em relação ao pagamento da dívida. Uma vez mais, o PMDB se arrisca ao desgaste.

Paga, atualmente, o preço por um pacote que não contém sua assinatura e poderá, amanhã, pagar o preço de ver rejeitadas, pelo governo, suas sugestões de tratamento da dívida. O calendário da questão externa está pronto e não oferece muito espaço para manobras de última hora. No próximo dia 10, o FMI dará a conhecer seu relatório sobre a gestão e as perspectivas da economia brasileira.

Nos dias 12 e 13, em Bruxelas, haverá a rodada final de negociação entre Brasil e Estados Unidos sobre a reserva de mercado para a informática. No dia 18, os países integrantes do chamado Clube de Paris examinarão o caso brasileiro. Até o dia 30, o presidente Ronald Reagan, embaraçado com a revelação da entrega ilegal de armas do Irã, decidirá o que fazer quanto à natureza das nossas relações comerciais.

Os banqueiros aguardarão a visita do ministro Funaro sem tanta pressa para arrematar um acordo. Apressado deve estar o ministro, com pouco dinheiro em caixa e obrigado a conseguir um bom acordo — única fórmula possível para sustentar-se como czar da economia nacional. Não é fora de propósito a hipótese de os banqueiros adirem o acordo por 60 ou 90 dias. Se tal ocorrer, o melhor é que dê realmente certo o pacote de Funaro e que as reservas cambiais se recuperem.

Ricardo Noblat (interino)